

FREZZA, Minéia. “>bom< .hã::: (0.4) em primeiro lugar”: políticas linguísticas praticadas através de respostas transformativas em entrevistas de rádio sobre o Projeto de Lei nº 156 /2009. *ReVEL*, v. 14, n. 26, 2016. [www.revel.inf.br].

**“>BOM< .HÃ::: (0.4) EM PRIMEIRO LUGAR”: POLÍTICAS
LINGUÍSTICAS PRATICADAS ATRAVÉS DE RESPOSTAS
TRANSFORMATIVAS EM ENTREVISTAS DE RÁDIO SOBRE O PROJETO
DE LEI Nº 156 /2009**

Minéia Frezza¹

mineiafrezza@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo refere-se à análise de duas entrevistas realizadas em 2011 sobre o Projeto de Lei contra estrangeirismos nº 156 /2009 com dois linguistas na rádio Unisinos FM. O foco do estudo está em observar como a professora e o professor entrevistados, através de suas respostas, reparam elementos equivocados contidos nas perguntas realizadas pelos/as entrevistadores/as. Seguindo a proposta de Bonacina-Pugh (2012), a perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974) foi utilizada a fim de descrever como os/as participantes praticam políticas linguísticas na sequencialidade das interações analisadas. As respostas transformativas mostram-se como fenômenos relevantes nessas interações, uma vez que, através delas, os/as participantes praticam políticas linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Linguísticas Praticadas; Projetos de Lei; Análise da Conversa; Respostas Transformativas.

INTRODUÇÃO

Questões linguísticas interessam a todos/as e são constantemente discutidas em diversas esferas, sendo que, nesses debates, diferentemente do que ocorre em outras áreas como na biologia, na matemática, na saúde etc., não somente os/as especialistas da área – os/as linguistas –, são ouvidos/as, mas todos/as os/as usuárias/as da língua apresentam opiniões bem formadas – e constantemente dogmáticas – acerca do tema. Logo, a variedade de discursos sobre as línguas e seus usos gera o que Faraco (2011b: 38) nomeia de “guerras

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.
ReVEL, v. 14, n. 26, 2016

culturais ou guerras discursivas em torno da língua.” Este artigo visa a tratar da ‘guerra’ gerada em torno do uso dos estrangeirismos no Brasil.

Com base no argumento de Faraco (2011b: 47), de que “[a]os linguistas, coloca-se o desafio de trabalharem essas questões todas como questões fundamentalmente políticas e de buscarem meios de projetar sua voz”, o presente estudo analisa a própria voz de dois linguistas em duas entrevistas feitas pela rádio Unisinos FM sobre o desenrolar do embate gerado pelo Projeto de Lei nº 156 /2009, proposto pelo deputado estadual Raul Carrion (PcdoB). Ao ouvir as entrevistas, notou-se que os professores entrevistados frequentemente, em resposta às perguntas feitas pelos entrevistadores, oferecem respostas transformativas, que, conforme Stivers e Hayashi (2010: 1². Tradução minha), são “respostas através das quais quem responde ajusta retroativamente a pergunta”.

Surgiu, então, o interesse em descrever como essas respostas transformativas³ acontecem, investigando como e o que elas modificam nas respectivas perguntas. Dessa forma, este estudo tem dois objetivos: 1) descrever as respostas transformativas que emergem nessas duas entrevistas acerca das polêmicas sobre o Projeto de Lei nº 156 /2009 e 2) relacionar o trabalho interacional realizado pelas respostas transformativas como formas de intervenção ou de ação de políticas linguísticas.

A Análise da Conversa (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974; Schegloff, 2007) foi utilizada como uma lente teórico-metodológica para contribuir para a melhor compreensão das ações de políticas linguísticas que constam nos dados. Até onde se tem conhecimento, a Análise da Conversa não é comumente utilizada no desenvolvimento de trabalhos sobre políticas linguísticas. O que ocorre é que alguns estudos (Combs; Gonzáles, Moll, 2011; Ongaratto, 2011) utilizam transcrições de falas naturalísticas para observar quais são as políticas linguísticas performadas em salas de aula de regiões em que o bilinguismo e o multilinguismo é vigente. No entanto, esses estudos não utilizam a Análise da Conversa para verificar como os/as participantes se orientam para as políticas linguísticas praticadas no turno-a-turno de suas falas.

Por outro lado, Spolsky (2004) argumenta ser necessário estudar políticas linguísticas considerando suas práticas. Para isso, o autor propõe “olhar para o que as pessoas fazem e não para o que elas pensam que deveria ser feito ou o que outra pessoa quer

² “Answers through which question recipients retroactively adjust the question”.

³ Agradeço ao grupo de pesquisa do qual faço parte: “Fala-em-interação em Contextos Institucionais e Não-Institucionais”, coordenado pela Profa, Dra, Ana Cristina Ostermann, que, juntamente com a colega Tatiana Dilly Dexheimer desenvolve uma pesquisa sobre respostas transformativas no contexto da saúde. O trabalho de Ostermann e Dexheimer, que está em vias de ser submetido à publicação, foi o primeiro estudo em nível nacional a tratar desse fenômeno interacional e inspirou a realização deste estudo.

que elas façam” (Spolsky, 2004: 218⁴). Com vistas a colaborar com a proposta de Spolsky (2004), Bonacina-Pugh (2012) defende que a Análise da Conversa pode ser uma ferramenta metodológica eficiente para observar as políticas linguísticas praticadas na educação. Este trabalho também defende o uso da Análise da Conversa para a observância de como as políticas linguísticas tomam forma na prática da fala-em-interação. Contudo, aqui, os dados analisados não são provenientes de interações em sala de aula, como propõe Bonacina-Pugh (2012), mas consistem em entrevistas transmitidas pela rádio Unisinos FM sobre o Projeto de Lei nº 156/2009.

Ao analisar os dados, fica evidente que as perguntas feitas pelos entrevistadores revelam informações equivocadas acerca da polêmica Antiestrangeirismo e da concepção de língua em geral. Esses equívocos são reparados nas respostas transformativas realizadas pelos entrevistados, que, por serem linguistas, apresentam um domínio epistêmico que lhes permite ajustar as inadequações que permeiam as perguntas das entrevistas. Um dos objetivos da rádio Unisinos FM, conforme consta no seu estatuto, refere-se à “produção e veiculação de programas educativos, culturais e informativos”⁵. Nesse sentido, as respostas transformativas realizadas pelos professores convidados, como consta na seção de análise de dados, também funcionam a favor do objetivo da rádio de educar e informar seus/suas ouvintes.

1. QUESTÕES DE POLÍTICA E DE PLANEJAMENTO LINGUÍSTICOS ACERCA DOS ESTRANGEIRISMOS

As questões de políticas e de planejamento linguístico tendem a ser foco de discussões e de debates fervorosos. Esses embates podem, por exemplo, ter como ponto de partida propostas de políticas linguísticas do poder legislativo, como os seguintes Projetos de Lei Antiestrangeirismos: o Projeto de Lei nº 1.676/99⁶, proposto pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) e o Projeto de Lei nº 156/2009, proposto pelo deputado estadual Raul Carrion (PcdoB). O primeiro propunha a proibição do uso de estrangeirismos no país nas formas escritas e orais nos domínios públicos. O projeto chegou a ser aprovado pela Câmara dos Deputados, gerando ampla mobilização de diferentes setores da sociedade, incluindo três

⁴ “look at what people do and not at what they think should be done or what someone else wants them to do”.

⁵ Essa informação foi obtida através de consulta com a rádio Unisinos FM por e-mail.

⁶ O Projeto de Lei nº 1.676/99 é amplamente discutido na obra organizada por Faraco (2011a), que é citada diversas vezes ao longo deste artigo.

organizações representativas dos/as estudiosos/as da linguagem (ABRALIN, ALAB, AnPOLL), que juntaram esforços para solicitar uma audiência pública para discutir a proposta do deputado. Como resultado dessa ação, o então senador Almir Lando apresentou um texto substitutivo, que foi “aprovado na Comissão de Educação do Senado Federal em 11/12/2002, poucos dias após a audiência pública da Comissão (04/12/2002)” (Garcez, 2011: 204). O segundo projeto de lei, centro de interesse deste estudo, que é retomado na seção 3, foi proposto dez anos após o primeiro e visava a proibir o uso de estrangeirismos em qualquer documento ou meio de comunicação escrito no Estado do Rio Grande do Sul.

De uma forma geral, ambos os projetos, um em âmbito nacional e o outro em âmbito estadual, tinham caráter nacionalista, uma vez que, conforme Garcez (2011), objetivavam proteger a pátria através da defesa da língua portuguesa, suprimindo o uso de estrangeirismos, principalmente das palavras advindas do inglês. No entanto, o controle deliberado do uso de estrangeirismos não é uma questão tão simples assim, pois ele envolve questões de regulação da língua em geral para implementar a mudança proposta.

Os projetos de lei pretendiam uma mudança de *corpus*⁷, pois visavam a substituição dos estrangeirismos por palavras equivalentes em língua portuguesa. Consequentemente, haveria uma mudança de *status* da língua, já que, conforme a justificativa dos projetos de lei, o uso de estrangeirismos afeta “nossa identidade nacional”. Logo, a língua portuguesa, protegida da intervenção de palavras estrangeiras, seria elevada ao *status* de promotora do patriotismo brasileiro? Se fosse esse o caso, os/as brasileiros/as falantes das 180 línguas indígenas e das 30 línguas de imigração desse mesmo país (Savedra; Lagares, 2012) estariam excluídos/as.

Por outro lado, há um conflito entre o *status* patriótico almejado pelos projetos de lei e o *status* desejado pelos/as falantes que associam o uso de estrangeirismos a valores como “dinamismo progressista, consumo e comodidade, avanço tecnológico e poder vigoroso” (Garcez; Zilles, 2011a: 16). Dessa forma, um dos grandes inconvenientes desses projetos

⁷ Kloss (1969) divide o planejamento linguístico de duas formas: *planejamento de corpus* e *planejamento de status*. O planejamento de *corpus* refere-se às mediações na forma da língua, i.e., na criação e padronização de uma escrita, de palavras novas, de criação de neologismos etc.). O planejamento de *status*, por sua vez, refere-se às intervenções nas funções da língua, i.e. na mudança de *status* social reconhecendo determinada língua como oficial ou nacional, por exemplo. Cooper (1989: 33) adicionou o planejamento de aquisição de linguagem, que se refere à decisão de que língua será usada nas escolas, como o terceiro foco das políticas linguísticas.

refere-se a iniciativas governamentais que poderiam se assemelhar às medidas punitivas da era Vargas, aplicadas a quem usasse outra língua que não a portuguesa (Zilles, 2011⁸).

Conforme Garcez e Zilles (2011a: 15), “[e]strangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas.” O movimento de tomar emprestado termos de outra língua é comum e enriquece o léxico das línguas sem, no entanto, afetar a sua gramática. Além do mais, segundo Bagno (2011: 80, grifo do autor):

[...] uma quantidade enorme de termos que hoje soam perfeitamente naturais para um falante de português de qualquer extrato social foram, num primeiro momento, termos importados que, com o processo lento e gradual de aportuguesamento, se incorporaram de pleno direito no nosso vocabulário mais comum e trivial: *boate, clube, balé, boné, hotel, futebol, tricô, crochê, suflê, butique, batom, garçom, ruge, jodô, ópera, abajur, ioga, túnel, trem, avião, menu, restaurante, debutante, golfe, iate* e milhares de outros.

Assim caminham as línguas. Os estrangeirismos contribuem para o enriquecimento do vocabulário por meio do empréstimo não somente de conceitos novos, mas também da codificação dos mesmos. Com o passar do tempo, há um processo de aportuguesamento desses termos que resulta na perda de algumas características fonéticas e morfológicas originais, como é percebido nos exemplos supracitados por Bagno (2011), que já foram adaptados na grafia portuguesa também. Esse é outro processo sócio histórico comum ao contato e conseqüente troca entre as línguas.

2. POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PRATICADAS

O objetivo desta seção não é exaurir os conceitos de políticas linguísticas e de planejamento linguístico, mas almeja-se conceituá-los brevemente para, em seguida, expor o conceito de políticas linguísticas praticadas, que se refere ao paradigma adotado neste estudo.

Embora os povos tenham tomado decisões políticas sobre questões referentes às línguas por séculos, Haugen (1959: 8⁹. Tradução minha) cunhou o conceito de planejamento linguístico, que se refere à “[...] atividade de preparar uma ortografia, uma gramática e um dicionário normativo para guiar escritores/as e falantes em uma comunidade com um discurso não homogêneo”.

⁸ Zilles (2011), ao argumentar contra os Projetos de Lei Antiestrangeirismos nº 1676/199 e nº 65/2000, apresenta uma revisão histórica acerca das tentativas de implantar uma unidade linguística no Brasil à força, descrevendo medidas de imposição da língua portuguesa com índios, escravos e imigrantes.

⁹ “the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community.”

Haugen (1959) mostra como o planejamento linguístico normativo instaurado pelo Estado da Noruega a partir do século XIX visava a “construir uma identidade nacional depois de séculos de dominação dinamarquesa” (Calvet, 2007: 12). Para Haugen (2001 [1966]: 105), “[n]ação e língua se tornaram inextricavelmente entrelaçadas. Toda nação que se dá ao respeito tem de ter uma língua.” Como a Noruega, depois de mais de quatrocentos anos de dominação, conquistou independência política da Dinamarca em 1814, um dos resultados da dominação Dinamarquesa foi o idioma Bokmal (Idioma do livro) ou dano-norueguês, que é um dinamarquês amplamente modificado pela influência Norueguesa.

Ivar Aasen (1813-1896), um filologista, lexicógrafo, dramaturgo e poeta norueguês, propôs-se a resgatar o idioma falado na antiga Noruega partindo de uma pesquisa dos dialetos falados no interior do país. Sua pesquisa resulta em dicionários e gramáticas de uma língua por ele chamada de “o idioma nacional norueguês”, que foi reconhecido pelo parlamento nacional como um idioma oficial alternativo do país, juntamente como o dano-norueguês (Haugen, 1965).

Esse movimento da Noruega em busca de uma língua verdadeiramente nacional não se compara aos propósitos dos Projetos de Lei Antiestrangeirismos do Brasil, já que estes almejavam “defender” a língua portuguesa dos estrangeirismos, sendo que o português é para o Brasil o que o dano-norueguês é para a Noruega: uma língua imposta pelos colonizadores.

O planejamento linguístico parte de políticas linguísticas, que, conforme Calvet (2007: 11), são determinações “das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”, desde decisões familiares acerca de que língua usar em cada casa até decisões governamentais sobre que língua usar em cada país. O problema que circunda as políticas linguísticas e o consequente planejamento linguístico ocorre quando as intervenções propostas não levam o contexto social em consideração.

Conforme Calvet (2007), há duas formas de gestão das línguas: *in vivo* e *in vitro*. A gestão *in vivo*, segundo Calvet (2007: 69), “refere-se ao modo como as pessoas resolvem os problemas de comunicação com que se confrontam cotidianamente.” Já uma gestão *in vitro* ocorre quando, “[e]m seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam” (Calvet, 2007: 70). As intervenções *in vivo* e *in vitro* podem realizar mudanças tanto no *corpus* quanto no *status* das línguas.

A gestão *in vivo* caracteriza-se como um modelo mais democrático, pois garante intervenções sobre as línguas baseadas nas práticas sociais que surgem das mudanças sócio históricas realizadas pelos/as falantes (*in vivo*), para, então, propor e aplicar leis (*in vitro*) que regulamentem essas alterações internas das línguas. Savedra e Lagares (2012: 15) argumentam que:

[...] os instrumentos de planificação linguística aparecem como uma tentativa de adaptação e utilização *in vitro* de fenômenos que se manifestam *in vivo*. A política linguística vê-se então confrontada aos problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas do povo, e deve ser objeto de um certo controle democrático para não deixar aqueles que tomam as decisões fazerem o que bem entenderem.

Uma forma de mediar as negociações entre as gestões *in vivo* e *in vitro* constitui-se em valer-se da *expertise* de linguistas para instruir o poder público a tomar decisões que sejam condizentes com as manifestações *in vivo* das línguas. Entretanto, de modo geral, os/as linguistas não são treinados/as a atuar nos meios políticos em sua formação acadêmica (Rickford, 2015). Segundo Braga (2011 apud Garcez, 2013), como linguistas, carecemos de uma língua franca que nos permita tráfegar em gêneros discursivos midiáticos e políticos que nos garantam ter nossa voz de especialistas da linguagem ouvida. Logo, as intervenções de profissionais da linguagem sobre aspectos de política e de planejamento linguístico tendem a ser custosas experiências de aprendizagem de técnicas sobre como participar de debates políticos na mídia e no governo (Garcez, 2011; 2013; Rickford, 2015¹⁰).

Spolsky (2004), conforme referido anteriormente, propõe uma nova conceptualização de políticas linguísticas, argumentando que política e prática não precisam ser tomadas como distintas, pois existem políticas dentro das práticas. Em outras palavras, pesquisas que consideram políticas linguísticas praticadas estudam a linguagem em uso. Contudo, Spolsky não propõe métodos para analisar essa nova conceptualização. Através de uma pesquisa em uma sala de aula multilíngue da França, Bonacina-Pugh (2012)¹¹ indica a Análise da Conversa (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974) como uma ferramenta teórico-metodológica possível de ser usada para promover a proposta de Spolsky (2004). Em seu estudo, Bonacina-Pugh (2012) descreve como os/as alunos/as e a professora de uma sala de

¹⁰ O livro-polêmica organizado por Silva e Rajagopalan (2004) apresenta um extenso número de artigos em resposta ao artigo de Rajagopalan, publicado na revista *Language and Politics* e traduzido na obra de Silva e Rajagopalan (2004), em que reclamava que os/as linguistas não foram ouvidos/as durante a polêmica gerada pelo Projeto de Lei de Aldo Rebelo. Vale a pena ler as respostas dos/as linguistas na obra, relatando que o resultado de sua participação foi a escrita do substitutivo por Almir Lando.

¹¹ A autora já havia sugerido o uso da Análise da Conversa para o estudo das políticas linguísticas praticadas em sua tese de doutorado (Bonacina, 2010).

aula multilíngue da França praticam políticas linguísticas no turno-a-turno de suas interações.

A autora observa que quando há uma língua comum – que não seja a francesa, idioma alvo das aulas – aos/às interagentes de determinado episódio interacional, percebe-se uma orientação dos/as participantes para a preferência em utilizar a língua comum. Através dessa observação, que se dá na sequencialidade interacional, Bonacina-Pugh (2012) argumenta que os/as interagentes estão praticando políticas linguísticas, e essa prática faz-se observável pela Análise da Conversa. Assim, Bonacina-Pugh (2012: 214, grifo da autora. Tradução minha¹²) propõe o termo “*políticas linguísticas praticadas*’ para referir-se à ideia de Spolsky de que há uma política dentro das práticas.”

Embora o contexto interacional seja outro, o presente estudo segue a proposta de Bonacina-Pugh (2012) de utilizar a Análise da Conversa como método para descrever as políticas linguísticas praticadas por dois linguistas aplicados durante duas entrevistas transmitidas pela rádio Unisinos FM. É necessário lembrar que o próprio tema das entrevistas refere-se a uma decisão política sobre a língua: o Projeto de Lei Antiestrangeirismo do deputado do Rio Grande do Sul, Raul Carrion, que será detalhado na próxima seção.

3. O PROJETO DE LEI ESTADUAL DO DEPUTADO CARRION

Com o intuito de “resguardar a língua portuguesa da invasão indiscriminada e desnecessária de expressões estrangeiras que possuem equivalentes em nosso idioma” (Carrion, 2009), o deputado estadual Raul Carrion (Pcdob) propõe, no ano de 2009, o Projeto de Lei nº 156/2009, que foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul no dia 19 de abril de 2011. O projeto visava a instituir “a obrigatoriedade da tradução de expressões ou palavras estrangeiras para a língua portuguesa, em todo documento, material informativo, propaganda, publicidade ou meio de comunicação através da palavra escrita” (Carrion, 2009). Se fosse aprovado, todos os meios de comunicação deveriam traduzir as palavras advindas de outros idiomas em todo material escrito dirigido ao público.

O então governador Tarso Genro – a quem cabia o poder de sancionar ou vetar o projeto – criou uma Comissão de Alto Nível para estudar o projeto e dedicou a segunda edição do fórum “O Governo Escuta” à sua análise. Os linguistas que participaram do fórum,

¹² “*practiced language policy*’ to refer to Spolsky’s idea that there is a policy within practices.”

que foi realizado em 11 de maio de 2011 no Palácio Piratini, alertaram o governador sobre a impossibilidade de aplicação do projeto dada a falta de critérios para estabelecer que itens lexicais são estrangeirismos. Em 18 de maio de 2011, uma carta¹³ foi encaminhada ao governador Tarso Genro sugerindo o veto ao Projeto de Lei 156/2009. A carta explica que a proposta do Projeto de Lei se baseia em “políticas linguísticas de defesa”, que, conforme Calvet (2007: 76), refere-se a “leis que se ocupam da defesa das línguas, seja para assegurar-lhes uma promoção maior (internacional, por exemplo), seja para protegê-las como se protege um bem ecológico.” O Projeto de Lei de Carrion visava o segundo objetivo de leis de defesa, qual seja: proteger a língua portuguesa como um “bem ecológico”. Dessa forma, a carta questiona de quem essa defesa se refere, pois o Projeto de Lei também não menciona que a língua portuguesa foi imposta por colonizadores portugueses. Desse modo, caberia perguntar se não deveríamos, então, nos defender dela primeiramente e promover as línguas locais, indígenas, anteriores à colonização portuguesa.

Além do mais, o português é atualmente uma das línguas mais faladas e mais escritas no mundo. De acordo com Oliveira (2013: 411), o português tem “221 a 245 milhões de falantes como primeira ou como segunda língua em variados graus de proficiência” no mundo. Portanto, não está em decadência. Esse argumento é reforçado na carta através da informação de que nunca houve tantos/as estrangeiros/as querendo aprender o português, língua que, por sua vez, também é fonte de empréstimos (bossa nova, feijoada, tapioca, conscientização, joga bonito etc.).

Ao invés de defender a língua, a carta sugere promovê-la propondo uma série de projetos que visam à promoção e difusão da língua portuguesa e de outras línguas trazidas por imigrantes que formaram a sociedade gaúcha e que são ainda faladas em algumas comunidades, como é o caso do Talian e o do Hunsrückisch.

No final da história, o Projeto de Lei foi parcialmente vetado pelo governador Tarso Genro, que sancionou apenas o artigo 2º:

[...] todos os órgãos, instituições, empresas e fundações públicas deverão priorizar na redação de seus documentos oficiais, sítios virtuais, materiais de propaganda e publicidade, ou qualquer outra forma de relação institucional através da palavra escrita, a utilização da língua portuguesa. (Carrion, 2009).

¹³ Disponível em: <http://www.unisinus.br/_diversos/ju/carta_aberta_tarso_.pdf>. Acesso em: 20 ago. de 2013.

A partir desta decisão, os estrangeirismos saem de cena dando espaço à priorização da língua portuguesa, o que se configura em uma política de promoção da língua portuguesa na escrita, sem, no entanto, proibir o povo rio-grandense como um todo de continuar usando estrangeirismos.

4. RESPOSTAS TRANSFORMATIVAS

Antes de tratar das respostas transformativas, fenômeno analisado neste trabalho, é preciso mencionar, mesmo que brevemente, a importância da ação de perguntar nas interações em geral. De acordo com Sacks (1992: 54. Tradução minha¹⁴), “[e]nquanto alguém está na posição de fazer as perguntas, então ele/a tem, em parte, o controle da conversa”. Perguntas geram uma relevância condicional para a oferta de uma resposta que lide com as pressuposições, agendas e preferências impostas pela pergunta (Lee, 2013). Ou seja, ao prover a informação solicitada, quem responde aceita os pressupostos contidos na pergunta, o objetivo da pergunta e orienta-se para a preferência por prover a informação solicitada (Pomerantz; Heritage, 2013).

Portanto, a posição de quem responde é socialmente desprivilegiada se considerarmos que quem pergunta acaba escolhendo o escopo da próxima ação. No entanto, a ação de perguntar pressupõe que a pessoa que pergunta não tem a informação solicitada. A fim de obter a informação faltante, a pergunta é direcionada para alguém que tem (ou que acredita-se ter) determinada informação. Logo, a ação de perguntar envolve um gradiente epistêmico no qual quem pergunta se coloca em uma posição com um grau de conhecimento menor sobre o que é perguntado, enquanto a pessoa que responde está na posição de quem tem um grau epistêmico maior sobre o assunto em questão (Heritage; Raymond, 2012). Conseqüentemente, quando há algum equívoco na pergunta, a pessoa que responde pode realizar uma resposta transformativa para consertar o problema.

¹⁴ “[a]s long as one is in the position of doing the questions, then in part they have control of the conversation.”

Respostas transformativas, então, são aquelas que resistem às imposições da pergunta identificando algum problema através da resposta elaborada pelo/a interagente (Stivers; Hayashi, 2010). As respostas transformativas podem modificar os termos da pergunta, especificando ou substituindo-os, ou podem modificar algo em relação à pauta da pergunta, como o foco ou a pressuposição da pergunta (Stivers; Hayashi, 2010).

Esse tipo de resposta é comum em contextos institucionais que utilizam entrevistas (Clayman; Heritage, 2002; Clayman, 1993) e interações na corte (Drew, 1992; Ehrlich; Sidnell, 2006). Nesses contextos, as respostas tendem a resistir às pressuposições contidas nas perguntas que podem comprometer os/as entrevistados/as de alguma forma. Nos dados apresentados nesta pesquisa, as respostas transformativas ajustam alguma informação equivocada contida na pergunta, ou esclarecem algo que é essencial para que a resposta seja compreendida pelos/as ouvintes.

5. METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, os dados que compõem este trabalho consistem em duas entrevistas acerca da polêmica desencadeada pelo Projeto de Lei 156/2009, proposto pelo então deputado estadual Raul Carrion (PcdoB). A transcrição das entrevistas foi feita através das convenções propostas por Jefferson (1984) e adaptadas pelo grupo Fala-em-interação em Contextos Institucionais e Não-Institucionais com base em algumas sugestões do grupo GAT2 (Selting et al., 2011), cuja versão atual encontra-se no Anexo.

A perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa (doravante AC), cujo desenvolvimento por Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson teve início por volta de 1960, foi utilizada para a análise dos dados. Chomsky (1965), entre outros linguistas da época, argumentava que a conversa era um caos e que, portanto, não era passível de análise e de sistematização. Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) acreditavam e mostraram, através da análise de dados naturalísticos, que a conversa é organizada e que essa organização é tácita aos/às falantes (Goodwin; Heritage, 1990). A análise de dados pela perspectiva da AC se dá, sobretudo, por meio de um estudo sobre a sequencialidade dos turnos de fala em busca de regularidades. Portanto, por meio da abordagem da AC, não são analisadas a intenção e a vontade dos/as interagentes, salvo nas situações em que essas características aparecem na fala, pois, nesse caso, elas são passíveis de descrição.

Os nomes dos/as participantes das entrevistas foram trocados para preservar suas identidades. Na primeira entrevista, a professora Carla foi entrevistada pelo jornalista Tomas e pela, na época, estudante de jornalismo, Bruna. A entrevista ocorreu logo após o veto parcial do Projeto de Lei 156/2009 pelo então governador Tarso Genro. A entrevista foi transmitida durante o “Programa Blá Blá Blá”, que ainda está no ar sendo transmitido pela rádio Unisinos FM de segunda a sexta-feira, das 13h às 14h. O Programa Blá Blá Blá é um programa de entrevistas com convidados/as especialistas nas pautas abordadas (cultura, educação, comportamento, entre outros)¹⁵.

A segunda entrevista também foi transmitida pela rádio Unisinos FM, mas em outro programa: o “Programa do Aluno”, que esteve no ar até o primeiro semestre de 2015. O programa era transmitido ao vivo, com duração de uma hora. Ele era realizado pelos/as alunos/as do curso de jornalismo da Unisinos, sendo que um de seus objetivos consistia em capacitar os/as alunos/os matriculados/as na disciplina de Rádio 3 a apresentar programas de entrevista ao vivo. Além disso, o programa transmitia edições inéditas a cada semana, oferecendo informação e um posicionamento editorial diante dos acontecimentos, fatos, eventos e problemas focados¹⁶.

Os trechos das entrevistas que contêm respostas transformativas foram separados e analisados juntamente com as perguntas que os antecedem. A gravação das duas entrevistas soma uma hora e vinte e três minutos de áudio, contendo oito respostas transformativas que contaram com trinta e um minutos e quarenta segundos das entrevistas. Ou seja, aproximadamente trinta e sete por cento do tempo das interações foi devotado a ajustar informações contidas nas perguntas dos entrevistadores. Por questões de espaço, a seção de análise de dados conta com quatro das oito ocorrências de respostas transformativas dos dados. As quatro respostas transformativas apresentadas foram escolhidas por estarem direta ou indiretamente ligadas ao tema deste artigo: o Projeto de Lei de Carrion. Por meio da AC, analisamos as ações realizadas na e pela sequencialidade do par adjacente¹⁷ pergunta-resposta transformativa. Para facilitar a visualização do atraso do provimento da segunda parte do par pelo ajuste feito pelas respostas transformativas, os pares adjacentes pergunta-resposta

¹⁵ Agradeço aos jornalistas Rodrigo de Oliveira e Camila Kehl pelas informações cedidas por e-mail sobre o Programa Blá Blá Blá.

¹⁶ Agradeço à rádio Unisinos FM e ao Prof. Dr. Sérgio Endler, que foi o supervisor do “Programa do Aluno”, pelas informações cedidas por e-mail sobre o Programa do Aluno.

¹⁷ “Pares adjacentes são [...] compostos por (a) duas elocuições (daí ‘par’) (b) posicionadas uma seguida da outra (daí ‘adjacente’) (c) produzidas por falantes diferentes. Um exemplo muito claro e conhecido de par adjacente é ‘pergunta/resposta’ [...] Assim, pode-se dizer que os pares adjacentes se compõem de uma primeira parte do par (neste caso, a pergunta) e de uma segunda parte do par (neste caso, a resposta)”. (Loder; Salimen; Muller, 2008: 43).

(entendendo que a resposta aqui refere-se à resposta que atende à expectativa gerada pela pergunta do/a entrevistador/a) foram negritos.

6. ANÁLISE DE DADOS

O primeiro excerto que compõe a análise de dados consiste no início da entrevista com a professora Carla na rádio Unisinos FM, no Programa Blá Blá Blá, logo após o veto parcial do Projeto de Lei 156/2009, que se deu no dia 18/05/2011, pelo então governador Tarso Genro.

Excerto 1: Programa Blá Blá Blá com Carla - 26.05.2011 (1m)

TOMAS = ENTREVISTADOR

BRUNA = ENTREVISTADORA

CARLA = ENTREVISTADA

7 TOMAS: [e::] eu gostaria de saber >um pouquinho
8 da senhora< pra começar sobre a lei dos estrangeirismo:s
9 que a gente viu que (.) .h o:: governador tarso
10 genro, (.) <já: deu> sua opiniã:o, já:, (0.5)
11 [e::]
12 BRUNA: [já] vetou parcial[me:nte né]
13 TOMAS: [já vetou pa]rcialmente, >eu gostaria
14 **de saber a sua opinião sobre< a lei dos estrangeirismos.**
15 CARLA: >bom< .h ã::: (0.4) em primeiro lugar eu acho que ela
16 nem deveria mais se chamar de lei dos estrangeirismos
17 porque tudo que havia nela sobre estrangeirismos ficou
18 fo:ra com <o veto do governador,> .hh o único::
19 (.) .h ã:- artigo da lei que permaneceu, é: o que::
20 ã: (0.7) recomenda o governo do estado, (0.4) e::
21 as instituições ligadas ao esta:do, as instituições
22 fundacionais, .h a- priorizar o português na
23 comunicação com o público de qualquer meio >né< e-
24 por escrito, na interne:t, .h em placas de trânsito,
25 placas de acesso, recepção de pessoas nos:
26 es:tabelecimentos, .h <priorizar> a língua portuguesa
27 portanto .h não há mais (.) nenhuma referência .h à:
28 à:: .h ao que a lei pretendi:a que era obriga:r (.)
29 .h a traduçã:o, (.) das palavras estrangeiras, em todo
30 documento público escrito, (.) .h nas propaga:ndas,
31 (.) ã: nos textos informativos de jornais e revistas

32 >e etecetera< isto tudo foi vetado, pelo governador
33 tarso genro, (.) .h ã:: (.) e:: (.) justificando
34 o seu veto, (.) .h ã: pelo argumento de que cabe
35 à união, em nível federal, legislar sobre a língua
36 nacional
37 (0.6)

38 CARLA: **entã::o, .h ã: eu sou completamente favorável a essa**
39 **posição do governador,** (.) .h felizmente tive
40 a oportunidade de participar da audiência pública
41 (0.6) que houve no mês de maio (.)
42 no projeto o governo escuta, .h >fui-< ã::
43 >é- é-< fui convidada a: a: falar nesta
44 audiência pública porque tinha oferecido junto
45 co::m .hh °um° colega de trabalho da universidade
46 federal, .h ã: o professor andré nós
47 tínhamos oferecido antes .h ã: como cidadãos
48 (.) o nosso conhecimento sobre esse assunto (.)
49 ao governador numa carta que tínhamos pro-
50 protocolado no governo do estado, .h (.)
51 >não é< então (.) n- no desejo de como cidadãos
52 ã: (.) informa:r (.) o- o governo (0.4) ã: do que:
53 o estudo em linguística, e em política
54 linguísticas, ã: >políticas linguísticas< têm
55 sido fe:ito né .h o- que se poderia dizer pra
56 ajudar o governo do estado a tomar uma decisão
57 então: .hh (.) <atende:ndo> a essa no- a: a essa
58 oferta que {{rindo} fizemos de::} hh ã::
59 ofereçer mesmo ao governo do estado o nosso
60 conhecimento afinal nós estudamos isso e trabalhamos
61 com isso né
62 (0.7)

63 CARLA: então achamos que era importante o governo no:s
64 recebe:u, (.) nos colocou entre os palestrantes, .h e:
65 e eu fiquei ã: muito satisfeita porque a minha
66 posição era pelo ve:to da lei, .hh e: acho que o que
67 permanece:u, que é esse artigo segu:ndo .h fa:z
68 sentido completamente porque: um dos exemplos
69 até que o meu colega andré mostrou na
70 fala dele também na audiência pública .hh é: do::
71 da imagem do:: site do: banrisul, oferecendo:
72 .h ã: homebanking, office banking, leasing, e assim
73 por diante >quer dizer< .h ã- o: os órgãos
74 ligados ao governo, (0.4) ã:: devem priorizar o uso
75 do portu:guês e nesse sentido **>isso é uma medida<**
76 **até:: certamente fácil de implementar e não cria**

77 **problema.**
78 TOMAS: é >interessante a palavra< priorizar também né
79 [não é]=
80 CARLA: [exato]
81 TOMAS: =não é proibi:r

O entrevistador pergunta a opinião da professora sobre a “lei dos estrangeirismos” (l. 7-11) utilizando o diminutivo “um pouquinho” (l. 7), que, segundo Geisel (2014), opera como um atenuador da imposição de seu pedido de informação. Contudo, a professora atrasa a segunda parte do par adjacente pergunta-resposta oferecendo uma correção do termo “lei dos estrangeirismos”. A professora inicia sua resposta com o marcador discursivo “bom”, uma inspiração, uma hesitação e uma pausa, que sinalizam que a resposta que está por vir será uma ação despreferida¹⁸ (l. 15). Então, a entrevistada avalia que o uso do termo “lei dos estrangeirismos” está inadequado no momento em que se encontram (l. 15-16).

Essa inadequação é justificada pela professora devido ao fato de que nada sobre estrangeirismos foi sancionado pelo governador (l. 15-18). Em seguida, a professora anuncia o único artigo sancionado e a justificativa do governador para fazê-lo (l. 18-36). Apenas na linha 38, a professora inicia a resposta à pergunta do entrevistador. Entretanto, sua resposta está relacionada à transformação da pergunta que ela mesma fez nos turnos anteriores. Ou seja, a professora não apresenta a sua opinião acerca da “lei dos estrangeirismos”, mas, nas linhas 38-39, ela apresenta sua opinião sobre a decisão do governador de sancionar apenas o segundo artigo do Projeto de Lei, ao qual ela é favorável.

Entre as linhas 40-61, a professora informa aos entrevistadores sobre o auxílio que ela juntamente com o professor André¹⁹ acreditam ter prestado ao governador para que ele tomasse a decisão que tomou. Nas linhas 65-68, a linguista avalia mais uma vez a sua satisfação ao veto da lei e à sanção apenas do segundo artigo da mesma, citando o exemplo dado pelo professor André na audiência pública “O Governo Escuta”, de que os próprios órgãos ligados ao governo usam estrangeirismos em seus *websites* (l. 69-72). Com a sanção

¹⁸ **Ação preferida/ação despreferida** – ação preferida é aquela socialmente esperada de alguém. Por exemplo, quando alguém faz um convite, o esperado é que o/a outro/a aceite. Se ele/ela recusar, é uma ação despreferida. Há maneiras de se realizar uma ação despreferida mitigando-se a sua despreferência [...] Uma ação apresentada em formato preferido é normalmente produzida de forma direta, sem atrasos, sem hesitação, sem justificativas (e.g. um aceite a um convite com um curto ‘Sim.’). Já o formato despreferido caracteriza aquelas ações que são produzidas de forma mais alongada, com atrasos, hesitações, justificativas (e.g. declinar um convite produzindo algo como ‘Poxa. Logo hoje. Sabe o que é? É que hoje eu já tinha marcado um exame lá no centro.’). (Souza; Ostermann, 2012: 163, grifo das autoras).

¹⁹ Lembrando que esse nome também foi trocado.

do governador do segundo artigo do Projeto de Lei, a professora explica que os órgãos ligados ao governo devem “priorizar” o uso do português (l. 73-75) e avalia positivamente essa medida (l. 76-77).

Note-se que a resposta à pergunta feita pelo entrevistador nas linhas 13-14 só é iniciada nas linhas 38-39 e completada nas linhas 75-77. Os demais turnos da professora estão orientados a realizar um trabalho interacional de ajuste do termo “lei dos estrangeirismos” contido na pergunta para o que, de fato, o projeto se tornou depois da sanção do artigo que “prioriza” o uso do português ao invés de “proibir” o uso de estrangeirismos. A professora possui um amplo piso interacional para produzir turnos longos sem ser interrompida. É possível que essa característica esteja ligada a sua identidade: a professora, que interveio praticando políticas linguísticas ao participar do fórum “O Governo Escuta” e ao escrever uma carta do governador, também trabalha na mesma instituição em que a rádio está alocada. Ou seja, além de ter conhecimento de participante ativa das questões tratadas na entrevista, a Profa. trabalha na instituição. Logo, esses fatos podem ter contribuído para que o piso interacional da professora tenha sido largamente respeitado pelo entrevistador e pela entrevistadora.

Nas linhas 78-79 e 81, o entrevistador avalia a substituição do verbo “proibir” os estrangeirismos pelo verbo “priorizar” a língua portuguesa como uma mudança de foco importante resultante da sanção do segundo artigo pelo governador. Ao concordar com a avaliação do entrevistador (l. 80), a professora ratifica que ele apreendeu a explicação dada por ela em sua resposta transformativa sobre as políticas linguísticas realizadas com o veto parcial do Projeto de Lei de Carrion.

Os próximos excertos advêm de uma entrevista conduzida por Roger, estudante de jornalismo na época, com a professora Carla e o professor André no Programa do Aluno transmitido pela rádio Unisinos FM. Esta entrevista abordou várias questões acerca do tema linguística, incluindo a Proposta de Lei de Carrion.

Excerto 2: PROGRAMA DO ALUNO 17 DE AGOSTO 2011 (19m44s)

- 1 ROGER: e vamos f- dar então enfoque agora: (.) na questã:o
- 2 (0.8) dessa ↑ca:rta então que vocês produziram (.)
- 3 que- com certeza tem bastante embasame:nto
- 4 (2.1)
- 5 ROGER: >o que que nós< podemos defi↑nir (0.8)
- 6 ã::: diferenci↑a:r essa questão de:
- 7 de defesa: (.) e promoção da língua.
- 8 (0.9)

9 CARLA: .hhh (0.6) ã:: eu acho que é preciso explicar o
10 contexto em que essa carta foi produzida.
11 ela justamente foi produzida .hh ã: quando::,
12 ã: a assembleia do estado aprovo:u, um projeto
13 de lei, do::: deputado carrion, .h ã:: que
14 dizia respe:ito, à obrigatoriedade de traduzi:r, nos
15 documentos escritos termos em língua estrangeira,
16 especialmente na publicidade, mas também nos
17 documento:s públicos etecetera, .h e: havia::,
18 ã:: nesse contexto, .h ã:: de nossa parte,
19 da parte dos linguistas ã:: ↑muitas objeções,
20 a esse <↑ti:po> de interferência ã:: nas
21 políticas linguísticas digamos assim ou a esse
22 tipo de pro↑po:sta de uma determinada: .h
23 ação de política linguística .h <porque:>
24 ela representava a <situa↑ção do português
25 como sendo: uma língua ameaçada> o↑ra ↑línguas
26 ameaça:das são línguas que estão (.) em vias
27 de extinção >por exemplo< línguas de <po:vos,>
28 indígenas (.) .h ã: dos quais resta::m (0.4)
29 ↑trinta falantes, (0.4) .h ↑um falante, essas
30 línguas são línguas ameaçadas realmente e de extinção
31 [.h é:: °mhm >mhm°<]
32 ANDRÉ: [.h ou mesmo dos nossos] indígenas no
33 rio grande su::l=
34 CARLA: =isto [>m↑hm<]
35 ANDRÉ: [as línguas] faladas
36 no rio grande do sul que têm alguns milhares
37 de fala:ntes [como]=
38 CARLA: [m↑hm]
39 ANDRÉ: =o guarani e o caingangue,
40 quando: o português ↑só no rio grande do sul
41 tem pelo meno::s dez mi↑lhões de falantes °né°
42 CARLA: SIM nesse sen↑tido o caingangue e o guarani são
43 línguas ameaçadas, no sentido das pressões,
44 políticas e sociais, e culturais que existem
45 pra que esses falantes .h ã:: (0.6) ↑deixem
46 paulatinamente de usa:r as suas línguas minoritárias
47 e usar só o português na sua: comunicação °né°
48 (.)
49 CARLA: .hhh é:: mas então (.) é: nesse contexto
50 havia esse projeto de le:i e nós nos sentimos .h
51 com uma responsabilida:de de agi:r no sentido de
52 mostrar que ↑muito mais do que .h é:: defende:r,
53 a língua portuguesa o brasil preci:sa de:: .hh o

54 bra↑sil e o esta:do do rio grande do sul preci:sam
55 de: políticas linguísticas que visem a
56 promoção da língua portuguesa.
57 (.)

58 CARLA: .h então por ↑i::sso para: (.) ã::: (0.4)
59 oferecer subsídio pra: (.) decisão do governador,
60 que vetaria ou não a ↑lei ↓é que tinha sido
61 enviada .hh ã: pela câmara, .h nós fizemos esse
62 documento, que continha justamente essa ideia
63 inicia:l, nós não precisamos defender o português
64 >ele vai muito bem obrigado< por várias razões,
65 .hh e precisamos sim é promover para ↑que em
66 ↑mu:itas instâncias, na instância da comunicação
67 pública, do esta:do, ã: ↑co:m (.) ã:: os cida↓dãos
68 (.)

69 CARLA: ã: na instância das preparações dos ↑cursos de
70 português em todos os níveis, na instância da
71 formação de professores, .h nas instâncias
72 >culturais< em ↑várias instâncias .h há uma
73 in↑finidade ↑de: .h ações de promoção da língua
74 que são ↑muito mais relevantes e necessárias do
75 que: .hh (.) <u:ma:: ação do tipo: impedir>
76 o uso de termos estrangeiros, ou proibir
77 o uso de termos estrangeiros em publicidade,
78 .h e: .h documentos es- públicos escritos.
79 (.)

80 CARLA: .hh porque isso:: (.) ã: vai ↑contra a: (.) a
81 história das línguas é: em ↑todos os tempos .h ã:
82 em todos os tempos porque todas as línguas tive:ram
83 esse é: esse:: (.) .h flu:xo de termos de outras
84 línguas, entran:do no seu vocabulário, (.) .h muitas
85 vezes permanecen:do muitas vezes desaparecen:do e nós
86 acreditávamos naque:le momento que era necessário
87 oferecer ao governador subsídios por ↑isso .h
88 fizemos esse contexto de que não precisamos defender,
89 precisamos promover, (0.4) °>não é<° .hh ↑e::
90 <ENÚmera:mos> pra que não ficasse uma coisa: (.)
91 [diga-]=

92 ANDRÉ: [genérica]

93 CARLA: =é: ge↑né:rica e: e sem elementos
94 concre:tos sem primeiros passos digamos assim
95 .h elaboramos uma: extensa lista: de: itens ã: os quais
96 nós certamente vamos ter chance de mencionar ainda:
97 hoje >não é< .h que dizem respeito então a coisas
98 muito concretas que po:dem e devem ser feitas

O Excerto 2 refere-se à segunda pergunta do programa, sendo que a primeira pergunta da entrevista referiu-se à existência de um “falar certo” e de um “falar errado” (trecho em que também há uma resposta transformativa, mas que não foi utilizada no trabalho por não estar relacionada ao tema central do estudo). Logo, a pergunta feita nas linhas 1-7 (Excerto 2) é marcada por uma mudança de tópico “e vamos f- dar então enfoque agora:” (l. 1). O entrevistador inicia a pergunta, na linha 5, com o verbo “definir”, que é reparado no mesmo turno sendo substituído pelo verbo “diferenciar”, cujo objeto se configura na questão de “defesa e promoção da língua” (l. 6-7), que consta na carta enviada ao governador Tarso Genro.

A Profa. Carla sinaliza, através das pausas das linhas 8-9, da inspiração e da hesitação do início da linha 9, que a resposta que está por vir é despreferida. Em seguida, a professora anuncia que é preciso explicar o contexto em que a carta foi escrita e apresentada (l. 9-10). Ou seja, a linguista, antes de responder a pergunta feita pelo entrevistador, especifica o contexto em que a carta acontece como ação/intervenção de política linguística (l. 11-25).

Nas linhas 26-56, há um trabalho interacional de ambos os entrevistados para explicar o que é uma língua ameaçada, sendo que o português não se enquadra nessa categoria e, portanto, não precisamos defendê-lo, que era a justificativa pro Projeto de Lei de Carrion. A intervenção do professor André nas linhas 32-33, 34-37 e 39-41 não se configura em uma interrupção, já que sua fala é iniciada em um lugar relevante para a transição de turno²⁰. Ou seja, o Prof. não interrompe a construção de uma unidade de turno da Profa. Carla. Ademais, sua intervenção adiciona exemplos ao argumento da professora sobre línguas ameaçadas ao citar dois exemplos e compará-los com a língua portuguesa, i.e. o professor André colabora com o trabalho interacional realizado pela Profa. Carla.

Essa especificação auxilia os/as ouvintes a entenderem o que, de fato, diferencia as políticas de promoção e de defesa das línguas (l. 58-99, que finalmente fecham a primeira parte do par adjacente pergunta-resposta, aberto nas l. 1-7), e porque esses conceitos eram importantes de serem abordados na carta enviada ao governador. Nesse caso, a resposta

²⁰ “Quanto aos tipos de unidade que um falante emprega ao começar a construção da fala de um turno, o falante tem inicialmente o direito, quando de posse do turno, a uma tal unidade. A primeira finalização possível de uma primeira unidade desse tipo constitui um primeiro lugar relevante para a transição. A transferência da vez de falar é coordenada em relação a tais lugares relevantes para a transição, aos quais chegará qualquer ocorrência de qualquer tipo de unidade.” (Sacks; Schegloff; Jefferson, 2003[1974]: 16).

transformativa adiciona uma informação que não foi solicitada na pergunta, mas que é essencial para o entendimento da informação que foi, de fato, solicitada.

O Excerto 3 faz parte da mesma interação e ocorre imediatamente na sequência do Excerto 2.

Excerto 3: PROGRAMA DO ALUNO 17 DE AGOSTO 2011 (24m29s)

- 1 ROGER: eu:: até me- me questionando um pouquinho aqui: me veio um
2 comentário que vocês vão po- poder me esclarecer um pouquinho
3 ↑mais que existe uma dificul↑dade no aprendizado da língua se
4 comparado com as outras °tipo° tem um ↑ranking e:: o
5 português ele é considerado uma das- uma das mais difíceis.
6 (0.4) °né° o que que:: (.) que vocês diriam sobre ↑isso.
7 ANDRÉ: ã: nã:- [nã- não há]=
8 CARLA: [°é não (há°)]
9 ANDRÉ: =propriamente uma ma- uma fita métrica:
10 (.) pra: fazer essa: avaliação ã: isso .h diz respeito talvez
11 a um sentime:nto no:sso brasileiro .h de que: a ↑língua que
12 a gente fala: mesmo a língua ↑boa (0.4) o português que:
13 (.) não dói no ouvido, .h é bastante: distante: (.) da
14 língua escrita (.) em muitos aspectos.
15 (.)
16 ANDRÉ: ã: também porque: na:: no ponto de referência >digamos assim<
17 .h na gramática (.) .h ã: que muitos de nós temos como ponto
18 de referência .h ↑há uma série de: prescrições de: (.)
19 dizeres do que é certo, .h que estão ↑muito distantes.
20 (.) inclusive do que:: .h se pratica ↑mesmo na escrita
21 (.)
22 ANDRÉ: .h então podemos usar os pronomes ou- no: no caso o obje:to
23 .h ã os pronomes ditos átonos °certo° (0.4) difícilmente
24 um brasileiro u:sa qualquer pronome do tipo o, a:, lo: la:,
25 los las, os as,
26 CARLA: mh↑m
27 ANDRÉ: ã: <vou levá-lo ao banheiro, vou: .h ã:::.> (.) carregá-lo
28 a gente não diz isso.
29 (0.4)
30 ANDRÉ: ã mas a gente deve escrever isso.
31 (.)
32 ANDRÉ: .h entã:o ã: (.) ↑por não praticarmos isso na fala (1.8) é:::
33 parece difícil justamente porque terá que ser aprendido na
34 escola .h e terá que ser aprendido duma maneira: .h ã talvez
35 diferente daquela: que muitos de nós ã: (.) fomos convidados a
36 aprender essas formas >ou seja< nós podemos aprender isso
37 ↑facilmente se nós tivermos lendo ↑muitos li:vros, (.) ã:

38 muitos editoriais de jornal, (.) por exemplo: mu:itos textos
39 técnicos de diversas áreas o:nde essas formas serão >produtivas<
40 abun↓dantes
41 (0.6)
42 ANDRÉ: ã:: ↑e:: (.) talvez ↓não >nós vamos achar< ↑MU:ito difícil se a gente
43 tiver que decorar frases, (0.7) decorar li:stas de pronomes
44 °por exemplo° .h ficar declina::ndo essas formas >e daí sim<
45 isso vai ser assi:m vai parecer e eu acho que eu vou: >todos vamos
46 concordar que vai ser ↑muito difícil e daí se torna< a língua mais
47 difícil do mundo, porque ela t- essas formas estariam daí descoladas
48 da realidade tanto da fala quanto da minha prática de escrita
49 .hh agora todos nós que lemos editoriais de jorna:l, a::
50 frequentemente não temos grande dificuldade em- em aprender essas
51 formas >°não é°<

O entrevistador pergunta a opinião dos professores, mitigando a imposição do pedido com o uso de “pouquinho” (Geisel, 2014) nas linhas 1 e 3, acerca da questão do português ser considerado uma das línguas mais difíceis de ser aprendida (l. 1-6). Em fala sobreposta, os professores iniciam seus turnos com negações (l. 7-8). A Profa. Carla abandona o turno (l. 8) enquanto o Prof. André continua (l. 9-10) a sua fala resistindo à proposição contida na pergunta, ao negar que exista uma “fita métrica” para medir o grau de dificuldade das línguas. Em seguida (l. 10-20), o Prof. justifica que esse “sentimento” de que o português seja uma língua difícil pode estar ligado à discrepância entre as normas que a gramática prescreve e o uso da língua falada. Nas linhas 22-30, há a apresentação do exemplo dos pronomes átonos, pouco utilizados na fala, que corrobora com o argumento de que a variedade gramatical prescrita é distinta da variedade falada.

Aqui, a resposta transformativa é uma forma de política linguística praticada no sentido de quebrar o mito apresentado na pergunta de que há diferentes graus de dificuldade nas línguas e de defender o argumento de que esse “sentimento” que temos sobre o português ser uma língua “difícil” se dá pela discrepância entre as prescrições gramaticais e o uso real da língua na fala. Feito esse reparo na agenda da pergunta, o Prof. André fecha o par adjacente pergunta-resposta (l. 32-50), provendo a informação de que a dificuldade em aprender a língua portuguesa está ligada à maneira como o sistema de ensino brasileiro está configurado: na memorização de formas gramaticais descoladas do uso.

O Excerto 4 constitui-se da metade final da mesma entrevista da qual os Excertos 2 e 3 fazem parte. Contudo, essa segunda parte é mediada pelo entrevistador Marco, que também

era aluno do curso de jornalismo na época da entrevista. A pergunta realizada por Marco foi feita por um ouvinte. Dessa forma, o entrevistador apenas lê a pergunta.

Excerto 4: PROGRAMA DO ALUNO 17 DE AGOSTO 2011 (33m44s)

- 1 MARCO: **quais as principais características do chamado <português**
2 **brasileiro> (.) e nesta construção a t-↑v- é fábrica de**
3 **linguagens, e de modos de fa↑las**
4 (0.4)
- 5 CARLA: .hh ↓bem em pri↑meiro lugar ã:: acho que nã:o- (.)
6 convé:m ã: dizer que existe uma <unida:de> de português
7 brasileiro .h o português brasileiro, se caracteriza por
8 apresentar ↑muitas variedades .h como eu já disse
9 a:ntes em termos de: (.) variedades geográficas,
10 variedades sociais, variedades relacionadas com .h a
11 idade, ã co::m o sexo, com a escolarida:de, e assim
12 >por diante< .hh mas se nós quisermos <opor> o português
13 do brasi:l ao português europeu por exemplo .h nós
14 poderíamos enumera:r ↑muitas características .h que:
15 ã:: tem a ver com por exemplo, o sistema pronominal,
16 como o professor andré já:: .h menciono:u, ã:
17 uma cri↑ança ã: pequenininha de três anos em portugal
18 ↑diz (.) naturalmente se a mamãe pergunta onde está a boneca
19 ela pode responder ↑vi-a: embaixo da cama: vi-a vi: ela
20 nós diríamos aqui >vi ela embaixo da cama< °né° a
21 criança portuguesa aprende esses tais pronomes átonos
22 naturalmente .h porque eles ↑são de uso na comunidade >né<
23 enquanto no brasil nã:o nós temos um ↑outro sistema
24 pronominal >então< .h talvez a diferença ↑mais marcante tenha
25 realmente a ver com o sistema pronominal .h mas també:m há:
26 diferenças importantes relacionadas co:m a concordância,
27 ↑tanto nominal quanto verba:l, que no brasil é <↑muito
28 mais variável> do que no português europeu
29 (.)
- 30 CARLA: .hh existe um pouco de variedade estudada lá mas me:nos,
31 .hh ã:: e ↑há também ↑muitas diferenças relacionadas co::m
32 .hh regência, (.) verba:l o uso de preposições depois de
33 verbos por exemplo:, visar a alguma coisa ou visar alguma coisa:
34 °não é° .hh existe no brasi:l uma ↑gra:nde preocupação e::m
35 (0.4) .h ã proibir a mistura de pronomes, o que não existe em
36 portugal da mesma maneira. .h eles misturam mais {{rindo} à
37 vontade} do que nós, .hh então eles são capazes de dize:r
38 .h coisas do tipo:: (0.4) >bom< ou eles fazem ↑outras
39 misturas que nós ã:: (.) não fazemos aqui: mas eles
40 dizem coisas do tipo: (.) você trouxe::: se eles ↑usam você:

41 eles podem dizer você trouxe: a vossa bagagem
 42 (.)
 43 CARLA: ã:: eles usam vossa ainda que nós não usamos mais, .hh e enfim
 44 há uma ã: há uma:: (.) uma lista de aspectos <gramaticais>
 45 que são diferentes entre o português do brasil e o português de
 46 portugal e talvez ainda devesse mencionar a questão da: .h da::
 47 (0.7) ã:: (0.8) preenchimento ↑na estrutura da frase °né°
 48 .h do su↑jeito ou do objeto que é uma diferença que tem sido
 49 estudada: .h a:: no- como uma diferença impor↑tante entre
 50 a gramática do português do brasil e do português de portugal

O entrevistador realiza duas perguntas no mesmo turno de fala (l. 1-3). A professora, após uma pausa, produz uma inspiração e o marcador discursivo “bem”, que sinaliza despreferência (Pomerantz; Heritage, 2013), e se orienta (l. 5-6) para avaliar que o termo contido na pergunta – “do chamado português brasileiro” – é inapropriado. Em seguida, a professora se vale do seu *status* de conhecimento acerca do tema para oferecer uma explicação que justifica a sua avaliação sobre não haver uma “unidade de português brasileiro” (l. 7-12).

Apesar da desconstrução da ideia de que existe uma unidade do português brasileiro, na linha 12, a professora inicia, com uma conjunção adversativa, uma resposta que compara o português europeu ao brasileiro, oferecendo diferenças entre um e outro (l. 12-50), o que, de certa forma, atende à solicitação do entrevistador. Note-se que a comparação entre o português brasileiro e o europeu se dá de forma hipotética “.hh mas se nós quisermos <opor> o português do brasi:l ao português europeu por exemplo” (l. 12-13). Ou seja, ao fazer essa comparação, a professora atende à solicitação do entrevistador, entretanto, através da modalização de sua resposta como uma hipótese, a linguista mantém-se orientada ao conteúdo de sua resposta transformativa sobre o qual, de fato, argumenta que não há “uma” unidade de português brasileiro. Dessa forma, a resposta transformativa introduz um ponto não considerado na pergunta: o Brasil contempla inúmeras variedades de português. Ao quebrar com o mito de que há apenas uma variedade da língua portuguesa em nosso país, a Profa. Carla pratica uma política linguística de ratificar a existência de outras formas de falar que não são consideradas padrão.

CONCLUSÕES

As perguntas e as respostas transformativas analisadas neste estudo mostram discursos que reafirmam ou se contrapõem ao imaginário social sobre língua. Percebe-se que os entrevistadores fazem perguntas baseados em informações equivocadas acerca da polêmica gerada pelo Projeto de Lei 156/2009 e sobre questões sobre língua em geral. No Excerto 1, o entrevistador trata do termo “lei contra os estrangeirismos” mesmo após o veto do governador a todos os atributos do projeto que diziam respeito à proibição do uso dos estrangeirismos. No Excerto 2, o entrevistador pergunta quais são as diferenças gerais entre políticas de promoção e de defesa da língua contidas na carta enviada ao governador, sem, no entanto, solicitar o contexto em que a carta foi produzida, que se configura em um fato crucial para o entendimento da informação solicitada. Em sua resposta transformativa, a Profa. Carla circunscreve a oferta da informação ao Projeto de Lei de Carrion, ao qual a carta se referia.

Os últimos excertos apresentam respostas transformativas que lidam com informações equivocadas oriundas de diversos discursos sociais que constituem o imaginário social sobre a língua. No Excerto 3, o entrevistador solicita um esclarecimento sobre o porquê de a língua portuguesa ser considerada “difícil”. O Prof. André resiste à proposição da pergunta explicando que não há um registrador de dificuldade das línguas. Finalmente, no Excerto 4, o entrevistador pergunta quais são as características do “português brasileiro”. Então, a Profa. Carla repara a pressuposição de que há apenas “um” português brasileiro, mas, em seguida, faz uma comparação entre o português brasileiro e o europeu de forma hipotética.

Ao final deste estudo, ao perguntar se os/as participantes das entrevistas estão fazendo políticas linguísticas, podemos responder a essa pergunta afirmativamente baseados/as em dois argumentos. O primeiro argumento é anterior às entrevistas. Ele diz respeito ao fato de que os entrevistados contribuíram com seu conhecimento linguístico para a decisão política de vetar parcialmente o Projeto de Lei 156/2009. Conforme Oliveira (2007: 91):

A política linguística é a tentativa de estruturar os estudos linguísticos desde a perspectiva das lutas políticas dos falantes: as lutas tanto dos indígenas como dos imigrantes para a manutenção das suas línguas, a luta dos excluídos da cidadania pela desqualificação dos seus falares, a luta dos falantes para desenvolver novos usos para suas línguas. Ao linguista cabe identificar essas comunidades linguísticas, cada uma delas com suas histórias e estratégias políticas, e se aliar a elas, construir com elas, em parceria, as novas teorias que darão o tom no século XXI. Isso implica entender o funcionamento do poder, ou dos poderes.

Sabendo que os estrangeirismos são usados pelos/as falantes no Brasil e não “atacam” a língua, os professores entrevistados empenharam-se em entender o poder político a fim de

atuar lutando para impedir que uma decisão que seria antidemocrática e que feriria o direito de liberdade dos/as falantes fosse tomada. Fundamentado na proposta de Bonacina-Pugh (2012), o segundo argumento sustenta a ideia de que os/as participantes estão praticando políticas linguísticas no turno-a-turno das entrevistas, uma vez que lidam com as ideologias sobre as línguas que emergem nessas interações. Por um lado, os entrevistadores apresentam seus posicionamentos quanto ao conhecimento que possuem acerca do Projeto de Lei de Carrion e de questões gerais sobre as línguas. Por outro lado, os entrevistados reagem de forma a reparar as informações equivocadas contidas nas perguntas. Ao prover respostas transformativas que informam tanto aos entrevistadores quanto à população que acompanhou o programa, a Profa. Carla e o Prof. André disseminam conceitos baseados no conhecimento científico construído através de estudos sobre como a língua é usada por seus/suas falantes, e não como algum deputado quer que ela seja. Ao difundir esse conhecimento, os entrevistados também estão praticando políticas linguísticas. Logo, as respostas transformativas mostram-se como fenômenos relevantes nessas interações, uma vez que geram o espaço interacional necessário para que reparos de elementos contidos nas perguntas dos/as entrevistadores sejam feitos.

Para concluir, trago a seguinte reflexão de Calvet (2007: 85): “[a] linguística nos tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produto da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob a pressão de fatores históricos e sociais.” Este trabalho mostra um exemplo bem sucedido de profissionais competentes que, valendo-se de seu conhecimento em linguística, lutaram para impedir que o uso da língua sofresse mudanças impostas por uma lei abusiva que condenava a prática dos/as falantes. Lutas como essa não precisariam existir se nossos/as deputados/as procurassem informações sobre como a língua funciona no uso para fazer seus projetos de lei. No entanto, como a prática de união entre academia e política ainda precisa ser explorada em nosso país, especialmente no campo da linguística (Faraco, 2011b), almeja-se que o exemplo abordado neste trabalho inspire mais linguistas a entrarem em ação para impedir a aprovação de leis e a proliferação de decretos que desconsiderem a língua *in vivo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAGNO, Marcos. Cassandra, fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos. A. (Org.), *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 49-84.
2. BONACINA-PUGH, Florence. Researching ‘practiced language policies’: insights from conversation analysis. *Language Policy*, v. 11, p. 213–234, 2012.
3. BONACINA, Florence. *A Conversation Analytic approach to practiced language policies: The example of an induction classroom for newly-arrived immigrant children in France*. Tese de doutorado não publicada. The University of Edinburgh, Edinburgh, UK, 2010.
4. CALVET, Loius-Jean. *As políticas linguísticas*. SP: Parábola; Florianópolis: IPOL, 2007.
5. CARRION, Raul. *Projeto de nº 156/2009*. Disponível em: <http://www.raulcarrion.com.br/pl156_09.asp>. Acesso em: 20 jun 2015.
7. CHOMSKY, Noam. Aspects of the theory of syntax. *Massachusetts Institute of Technology*. Cambridge, Massachusetts, 1965.
8. CLAYMAN, Steven E. Reformulating the Question: A Device for Answering/Not Answering Questions in News Interviews and Press Conferences. *Text*, v. 13, n. 2, p. 159-188, 1993.
9. CLAYMAN, Steven E.; HERITAGE, John. Questioning Presidents: Journalistic Deference and Adversarialness in the Press Conferences of U.S. Presidents Eisenhower and Reagan. *Journal of Communication*, v. 52, n. 4, p. 749-775, 2002.
10. COMBS, Mary C.; GONZÁLES, Norma; MOLL, Luis C. US Latinos and the Learning of English: the Metonymy of Language Policy. In: McCARTY, Teresa L., *Ethnography and Language Policy*. New York/London: Routledge, 2011. p. 185-203.
11. *Diário da Câmara dos Deputados*. Projeto de Lei nº 1676, de 1999. p. 52060-52063. 4 de novembro de 1999.
12. COOPER, Robert L. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
13. DREW, Paul. Contested evidence in a courtroom cross-examination: The case of a trial for rape. In: DREW, Paul; HERITAGE, John (Ed.), *Talk at work: Social interaction in institutional settings*, Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992. p. 470-520.
14. EHRLICH, Susan; SIDNELL, Jack. “I think that’s not an assumption you ought to make”: Challenging presuppositions in inquiry testimony. *Language in Society*, v. 35, p. 655-76, 2006.

15. FARACO, Carlos A. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011a.
16. FARACO, Carlos A. Guerras em torno da língua: questões de Política Linguística. In: FARACO, Carlos A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011b. p. 37-47.
17. GARCEZ, Pedro de M. Observatório de políticas linguísticas no Brasil: metas para a Linguística Aplicada. In: NICOLAIDES, Christine et al. (Org.). *Política e políticas linguísticas*. 1 ed. Campinas, SP, 2013. p. 79-92.
18. GARCEZ, Pedro de M. A proposta de legislação antiestrangeirismos no Congresso Nacional do Brasil (1999-2003). In: FARACO, Carlos. A. (Org.), *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 189-211.
19. GARCEZ, Pedro de M.; ZILLES, Ana M. S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos. A. (Org.), *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011a. p. 15-36.
20. GARCEZ, Pedro de M.; ZILLES, Ana M. S. *Políticas para tratar o patrimônio linguístico como recurso*. Jornal da Universidade (UFRGS), Porto Alegre, RS, p. 2 - 2, 31 mai. 2011b.
21. GEISEL, Talise. *O uso de diminutivos em interações entre médicos/as e pacientes em consultas na saúde da mulher*. Trabalho de conclusão de curso não publicado. Unisveridade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil, 2014.
22. GOODWIN, Charles, HERITAGE, John. Conversation analysis. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 19, p. 283-307, 1990.
23. HAUGEN, Einer. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001 [1966]. p. 97-114.
24. HAUGEN, Einer. *Norwegian-English dictionary*. Universitetsforlaget: Oslo; University of Wisconsin Press: Madison, 1965.
25. HAUGEN, Einer. Planning for a standard language in modern Norway. *Anthropological Linguistics*, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 8-21, 1959.
26. HERITAGE, John; RAYMOND, Geoffrey. Navigating epistemic landscapes: acquiescence, agency and resistance in responses to polar questions. In: DE RUITER, J. P. (Ed.). *Questions: Formal, Functional and Interactional Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. 179-192.

27. JEFFERSON, Gail. Transcript notation. In: ATKINSON, J. Maxwell; HERITAGE, John. *Structures of social action: studies in conversation analysis*. New York: Cambridge University Press, 1984. p. ix-xvi.
28. KLOSS, Heinz. *Research Possibilities on Group Bilingualism. A Report*. Québec: CIRB, 1969.
29. LEE, Seung-Hee. Response Design. In: SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya (Ed). *The Handbook of Conversation Analysis*. Malden, Massachusetts: Wiley-Blackwell. 2013. p. 415-432.
30. LODER, Letícia Ludwig; SALIMEN, Paola G.; MULLER, Marden. Noções fundamentais: sequencialidade, adjacência e preferência. In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria (Org.). *Fala-em-Interação Social: Introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008. p. 39-58.
31. OLIVEIRA, Gilvan M. de. A virada ‘político-linguística’ e a relevância social da linguística e dos linguistas. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). *A relevância social da linguística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola; Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
32. OLIVEIRA, Gilvan M. de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 52, n. 2, p. 409-433, 2013.
33. ONGARATTO, Elisabete C. Políticas linguísticas de um país monolíngue em uma sala de aula de uma comunidade bilíngue do interior do Rio Grande do Sul. *Entrelinhas*, v. 5, n. 1, p. 32-40, 2011.
34. POMERANTZ, Anita; HERITAGE, John. Preference. In: SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya. *The Handbook of Conversation Analysis*. Malden, Massachusetts: Wiley-Blackwell. 2013. p. 210-228.
35. RICKFORD, John R. Participating in policy debates about language. In: HULT, Francis M; JOHNSON, David C. (Ed.). *Research methods in language policy and planning*. London: Wiley Blackwell, 2015. p. 243-240.
36. SACKS, Harvey. On questions. In: JEFFERSON, Gail (Ed.). *Lectures on Conversation*, Vol. I, Blackwell, Oxford. 1992. p. 49-56.
37. SACKS, Harvey; SCHEGLOFF; Emanuel, JEFFERSON, Gail. A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. *Language, Studies in the Organization of Conversational Interaction*, New York, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

38. SACKS, Harvey; SCHEGLOLOFF, Emanuel & JEFFERSON , Gail. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Revista Veredas de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1-2, p. 9-73, jan./dez. 2003. Tradução: A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. *Language*, v. 50, p. 4, p. 696-735, 1974. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo14.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
39. SAVEDRA, Mônica M. G.; LAGARES, Xoán C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. *Gragoatá*, Niterói, v. 1, n. 32, p. 11-27, 2012.
40. SCHEGLOFF, Emanuel A. *Sequence organization in interaction: a primer in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 1, 2007.
41. SELTING, Margret; et al. A system for transcribing talk-in-interaction: GAT2 translated and adapted for English by Elizabeth Couper-Kuhlen and Dagmar Barth-Weingarten. *Gesprächsforschung - Online-Zeitschrift zur verbalen Interaktion*, 2011.
42. SILVA, Fábio L. da; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Org.). *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.
43. SPOLSKY, Bernard. *Language policy*. Cambridge: Cambridge University press, 2004.
44. STIVERS, Tanya; HAYASHI, Makoto. Transformative answers: One way to resist a question's constraints. *Language in Society*, [S.l.], v. 39, n. 1, p. 1-25, 2010.
45. SOUZA, Joseane de.; OSTERMANN, Ana C. Glossário conciso de termos de estudos de fala-em-interação. In: OSTERMANN, Ana C.; MENEGHEL, Stela (Org.). *Humanização. Gênero. Poder: contribuições dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde*. Rio de Janeiro e Campinas: Fiocruz: Mercado de Letras, 2012. p. 163-165.
46. ZILLES, Ana Maria Stahl. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. In: FARACO, Carlos. A. (Org.), *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 4 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 143-161.

ABSTRACT: The present study refers to the analysis of two interviews conducted in 2011 about the Law Project number 156 /2009 against borrowings with two linguists at radio Unisinos FM. The focus of the study is on observing how the interviewed professors, through their answers, repair equivocal elements contained in the questions asked by the interviewers. Following Bonacina-Pugh's (2012) proposal, the theoretic and methodological perspective of Conversation Analysis (Sacks; Schegloff; Jefferson, 1974) was used to describe how the participants practice language policies in the sequence of the analysed interactions. The transformative answers showed to be relevant phenomena in these interactions, once, through them, the participants practice language policies.

KEYWORDS: Practiced Language Policy; Law Projects; Conversation Analysis; Transformative Answers.

ANEXO: CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO²¹

(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
=	Fala colada
[texto]	Falas sobrepostas
,	Entonação contínua
↑texto	Entonação ascendente da sílaba
↓texto	Entonação descendente da sílaba
.	Entonação descendente do turno
?	Entonação ascendente do turno
-	Marca de interrupção abrupta da fala
:::	Alongamento de som
>texto<	Fala acelerada
>>texto<<	Fala muito acelerada
<texto>	Fala mais lenta
<<texto>>	Fala muito mais lenta
TEXTO	Fala com volume mais alto
°texto°	Volume baixo
°°texto°°	Volume muito baixo
<u>texto</u>	Sílaba, palavra ou som acentuado
(Texto)	Dúvidas da transcritora
xxxx	Fala inaudível
((Texto.))	Comentários da transcritora
hhh	Riso expirado
hahahehehihi	Risada com som de vogal
{{rindo} texto}	Turnos ou palavras pronunciadas rindo
.hhh	Inspiração audível

Artigo recebido em 30 de novembro de 2015.

Artigo aceito para publicação em 14 de março de 2016.

²¹ Modelo baseado nas propostas Jefersonianas de transcrição e adaptado pelo grupo Fala-em-interação em Contextos Institucionais e Não-Institucionais com marcações sugeridas pelo GAT2 (Selting et al., 2011).